

DINÂMICA AGRÁRIA E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO VALE DO ARAGUAIA - MICRORREGIÃO DE CANARANA - MATO GROSSO - BRASIL

Agrarian dynamics and socio-territorial movements in Araguaia Valley - Microregion of Canarana in Mato Grosso - Brazil

Nagila Kariny Oliveira Gouveia*
Onélia Carmem Rossetto**

***Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT / Barra do Garças, Mato Grosso**
nagilakariny@gmail.com

****Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT / Cuiabá, Mato Grosso**
carmemrossetto@gmail.com

RESUMO

O Vale do Araguaia, Mesorregião Nordeste de Mato Grosso, se caracteriza por múltiplas transformações econômicas e sociais resultantes da monocultura de grãos e da expansão do agronegócio. Correlativamente vem ocorrendo a territorialização das atividades econômicas modernas, que se defrontam com um elevado número de áreas ocupadas por indígenas e agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, especificamente na Microrregião de Canarana, onde se localizam os municípios de Água Boa, Querência e Santo Antônio do Leste, lócus da presente pesquisa. Diante do cenário apresentado, os objetivos deste trabalho residem na identificação da distribuição espacial dos assentamentos e das terras indígenas e no registro das ações dos movimentos socioterritoriais, elucidando as diferentes conflitualidades existentes entre territórios indígenas, assentamentos da reforma agrária e o agronegócio no período entre 2000-2016. Os procedimentos metodológicos estiveram centrados na pesquisa bibliográfica e coleta de dados em fontes secundárias. Concluiu-se que no Vale do Araguaia o avanço do agronegócio e os resultados de tal processo revelam os conflitos entre os grupos pesquisados, nos quais, em alguns momentos, os próprios expropriados das suas terras lutam entre si, sem perceber a construção ideológica a favor da concentração da estrutura fundiária que permeia tais atos. De forma concomitante, processos de resiliência são registrados, a exemplo das manifestações que envolvem os grupos indígenas e os agricultores familiares, na esperança de sua permanência na terra e da melhoria de sua qualidade de vida.

Palavras-chave: Vale do Araguaia. Concentração Fundiária. Indígenas. Agricultores familiares.

ABSTRACT

The Araguaia Valley, in the Northeast Mesoregion of Mato Grosso, is characterized by multiple economic and social transformations resulting from the monoculture of grains and the expansion of agribusiness. With it, there has been a territorialization of contemporary economic activities that face a large number of areas occupied by indigenous and family farmers settled by the National Agrarian Reform Program (PNRA), specifically in the Microregion of Canarana, where locates the municipalities of Água Boa, Querência, and Santo Antônio do Leste, locus of this research. Given this scenario, the objectives of this work are to identify the spatial distribution of indigenous settlements and lands and to register the actions of socio-territorial movements, elucidating the different conflicts existing between indigenous territories, agrarian reform settlements, and agribusiness in the period between 2000 and 2016. Our methodological procedures centered on bibliographic research and data collection from secondary sources. We conclude that in the Araguaia Valley, the advancement of agribusiness and its results reveal the conflicts between the researched groups. In some moments, they fight among themselves without realizing the ideological construction favoring the concentration of the land structure that permeates such acts. Concomitantly, resilience processes are registered, such as the demonstrations involving indigenous groups and family farmers hoping to stay on the land and improving their quality of life.

Keywords: Araguaia Valley. Land Concentration. Indigenous people. Family farmers.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, as ações do Estado estabelecem papel fundamental no processo de reprodução do capital no campo. O primeiro passo é o “amansar” a terra, os amansadores são os que desmatam e desenvolvem agricultura de subsistência, para que assim a terra seja agregada valor tornando produto para especulação e exploração do capital. Ocorre que, após a precificação, essas pessoas são expulsas (pressionadas ou empurradas) para uma nova fronteira (BERNARDES; ARRUIZZO, 2009), conseqüentemente, criando outros conflitos, considerando que ao territorializar-se nessas áreas também terão que lidar com a resistência em defesa de territórios já estabelecidos.

Os enfrentamentos na fronteira agrícola ocorrem então com os grupos sociais que, de algum modo, perdem seus territórios, pois posseiros, índios e assentados que lutam pelo mesmo objeto (a terra) estão sujeitos às estruturas e leis orquestradas pela intencionalidade de uma minoria. No entanto, por mais que estejam do mesmo lado, com a mesma necessidade, a maioria luta entre si, sem perceber que carregam em suas costas os projetos de uma parcela mínima da sociedade, ou seja, concentração e geração de lucro de maneira desigual e contraditória.

O modelo de produção do neoliberalismo econômico utiliza-se do desenvolvimento como noção de progresso, que obrigatoriamente está relacionado a crescimento econômico em termos numéricos. A ideia de progresso em sua essência está direcionada a “melhorias”, na perspectiva de que a técnica é progresso dos sistemas socioeconômicos, levando em consideração o aspecto quantitativo, com objetivo de ampliação de produtividade. O desenvolvimento em uma perspectiva de completude deveria abarcar também as dimensões estruturantes da sociedade, como economia, cultura e ambiente (ALMEIDA, 1997), o que contraria totalmente os caminhos para os quais o crescimento econômico do Brasil e do Mato Grosso se direcionam.

O agronegócio, os latifúndios, a precificação da terra e a concentração fundiária são paralelos à outra face do novo que é a exclusão e a desigualdade. O fato é que o capitalismo tem como característica uma expansão desigual no tempo e na materialização do espaço, tornando esses dois elementos fundamentais na dinâmica no que tange o desenvolvimento capitalista (BERNARDES; ARRUIZZO, 2009).

Dessa maneira, para discutir a dinâmica socioespacial que produz o espaço agrário há a necessidade de compreender o espaço geográfico na perspectiva de completude, ou seja, como “um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e ações não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p. 63).

Portanto, esses objetos e ações são constituídos de acordo com a lógica de utilização de interesses e necessidades externas; os ditames funcionais da técnica são norteados pela locução dessas ações, fazendo emergir novos interesses e novas necessidades. Nesse sentido, confluem a interdependência e as intencionalidades dispostas entre criação e recriação de elementos para ampliação e reprodução do capital, logo, a produção do espaço pela lógica capitalista.

Inserida nesse contexto, a fronteira agrícola mato-grossense é marcada por contradições, desigualdades e conflitos que configuram a dinâmica socioterritorial da região. Tais definições são inerentes ao processo de abertura e expansão de fronteira agrícola. Como ressaltam Bernardes e Arruzzo (2009), a ocupação do território pelo capital sob a tutela da ditadura militar privilegiou grandes corporações, estabelecendo relações de enfrentamentos entre os grupos que já estavam estabelecidos. As tensões em torno da questão da terra se intensificaram na década de 1970 com incentivos e investimentos do governo federal.

Barrozo (2016) destaca que se uma empresa colonizadora pretende obter lucro, isso não é paralelo ao respeito da função social da terra ou das populações tradicionais. Um dos passos fundamentais para a efetivação da territorialização do capital é a instalação de infraestrutura, ou seja, a fluidez necessária para efetivação de novos projetos em nome do desenvolvimento. A expansão ocorre em áreas de florestas, de agricultura familiar e a consequência é o conflito e a expulsão.

Partindo dessas afirmações, as reflexões desenvolvidas ao longo do presente trabalho

perpassam pelo Vale do Araguaia, Mesorregião Nordeste de Mato Grosso, caracterizada por múltiplas transformações baseadas na monocultura resultante da expansão da fronteira agrícola, tendo como uma das consequências desse processo a elevação do crescimento populacional e o título de local com maior produção de grãos no conjunto das mesorregiões de Mato Grosso. Ademais, ressalta-se que o contexto da referida mesorregião, Microrregião de Canarana, onde se localizam os municípios de Água Boa, Querência e Santo Antônio do Leste, destaca-se pela mesma característica, elemento que justificou o interesse por essa pesquisa.

Nos municípios pesquisados, associada à inserção de infraestrutura física com a construção de estradas, ferrovias, armazéns, usinas de energia etc. ocorre a territorialização das atividades econômicas modernas que se defrontam (se chocam) com um número grande de áreas tradicionalmente ocupadas por indígenas, populações tradicionais e agricultores familiares, assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Tais aspectos associados desvelam um quadro de características conflitantes e contraditórias, no qual a instalação das forças e formas produtivas do agronegócio se apropria do espaço, em um panorama composto por três grupos sociais: o assentado, o indígena e os latifundiários. Com diferentes intencionalidades e modos de vida, esses grupos representam a diversidade dos três municípios localizadas na Mesorregião Nordeste de Mato Grosso que possuem maior crescimento populacional, Produto Interno Bruto (PIB) e lavouras temporárias.

A predominância da agricultura familiar perdurou por muitas décadas no Vale do Araguaia e, devido a questões relacionadas à precariedade da rede de transporte e infraestruturas, a região foi apelidada de “vale dos esquecidos”. A BR-158, em períodos chuvosos, se tornava um grande empecilho na circulação de Barra do Garças à Vila Rica (MT), o maior produtor de soja do estado. Um dos representantes no governo conseguiu o asfaltamento, em uma visão de que o progresso acontece com o “chão preto”, através das vias de transporte. Assim, o “vale dos esquecidos” agora é lembrado (BARROZO, 2017).

Bernardes e Arruzzo (2009) relatam que os movimentos sociais no Vale do Araguaia carregam em sua história lutas vinculadas principalmente à luta pela terra e à expansão agrícola no campo. A década de 1970 é marcada por grandes conflitos em que a Igreja Católica, na chamada Teologia da Libertação, assumia papel de defesa dos posseiros e indígenas.

Assim, as relações descritas compõem um panorama complexo e de múltiplas consequências e perspectivas, tais elementos são passíveis da afirmação que os conflitos são geradas pelas características produtivas históricas do Brasil ao considerar que a formação da estrutura agrária brasileira reflete sobre a dos municípios de Mato Grosso, ou seja, baseadas em extensão territorial e exploração desenfreada. Alguns dos municípios que possuem grande relevância no setor produtivo, em um quadro nacional, contêm vários grupos sociais que, de maneira direta e indireta, sofrem interferência do ordenamento territorial, necessário para manter o status e os números de maiores produtores de grãos. Diante do cenário apresentado, o objetivo principal deste trabalho reside na identificação da distribuição espacial dos assentamentos e das terras indígenas e no registro das ações dos movimentos socioterritoriais, elucidando as diferentes conflitualidades existentes entre territórios indígenas, assentamentos da reforma agrária e o agronegócio no período entre 2000-2016.

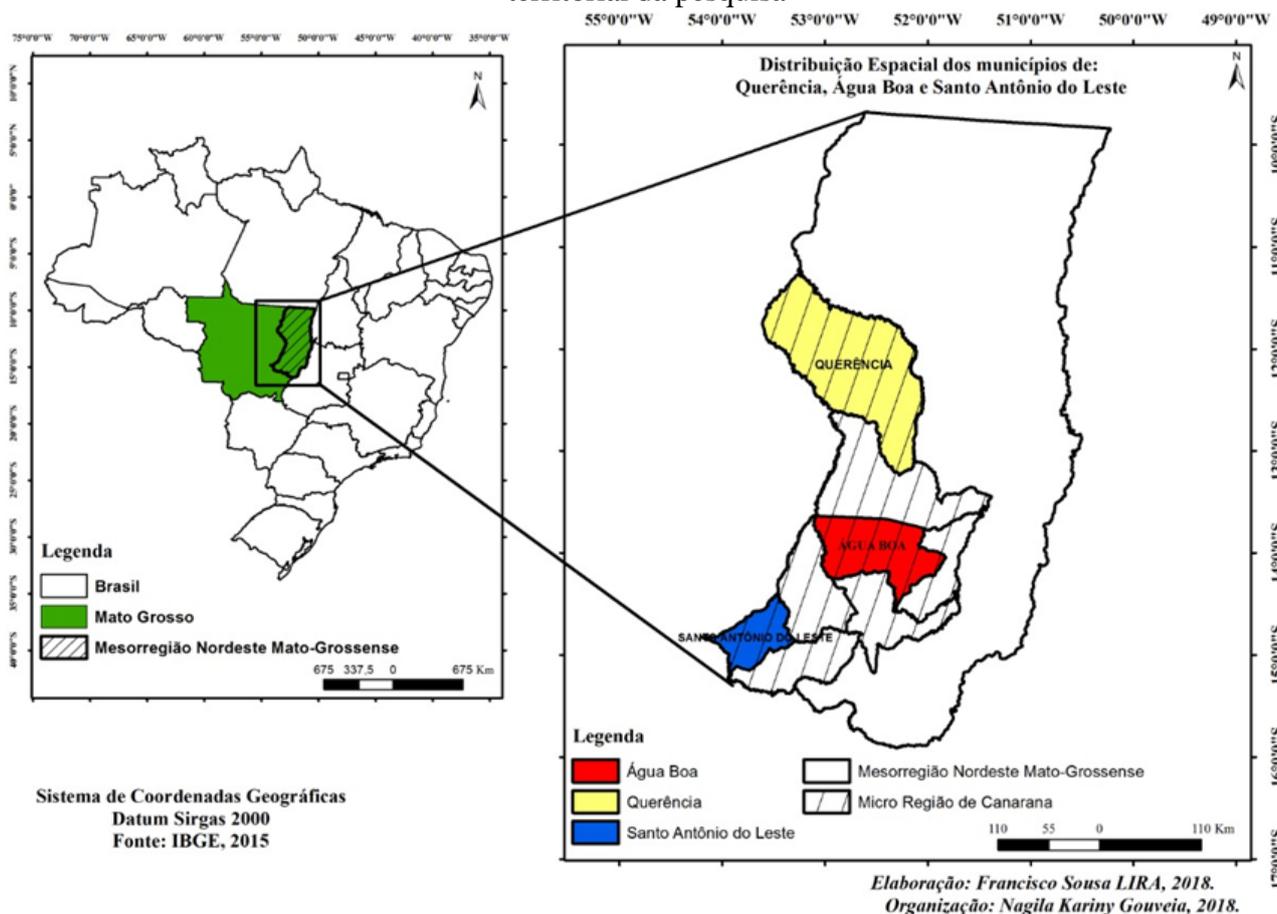
A forma deste trabalho perpassa pelas discussões da questão agrária em sua essência contraditória, apontando os problemas no panorama dos movimentos socioterritoriais indígenas e assentamentos, transposto em um panorama de diferentes grupos sociais. Portanto busca-se identificar os movimentos territoriais na perspectiva da captura do território, elucidando as diferentes conflitualidades existentes baseadas em Terras indígenas, assentamentos e agronegócio.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para melhor compreender a dinâmica socioespacial, optou-se inicialmente por definir a área de estudo que obedeceu ao seguinte critério: mesorregião de Mato Grosso com maior crescimento

populacional e maior produção de grãos. Assim, foi definido o primeiro recorte territorial que resultou na Mesorregião Nordeste de Mato Grosso, com um total de 25 municípios, agregando três Microrregiões. Todavia, devido ao elevado número de municípios, optou-se por realizar um novo recorte territorial, que resultou na Microrregião de Canarana, constituída por oito municípios: Nova Xavantina, Água Boa, Campinápolis, Novo São Joaquim, Santo Antônio do Leste, Nova Nazaré, Canarana e Querência. Ainda com base no critério estabelecido, selecionou-se três municípios, Água Boa, Querência e Santo Antônio do Leste, como recorte territorial da pesquisa, entendendo-se que, pelas suas características, poderiam elucidar os objetivos da pesquisa (Figura 1).

Figura 1 – Localização dos municípios de Água Boa, Querência e Santo Antônio do Leste - recorte territorial da pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Concomitante a essa etapa, efetivou-se pesquisa bibliográfica que, de acordo com Severino (2007), é realizada a partir de registros derivados de pesquisas anteriores, ou seja, a partir de contribuições e análises de estudos que irão embasar e/ou nortear as interpretações e discussões que serão desenvolvidas ao longo do trabalho. Na sequência, a partir de fontes secundárias, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação (SEPLAN-MT), o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), procedeu-se à coleta de dados quantitativos que foram organizados em mapas, tabelas e quadros com análises e discussões amparadas na pesquisa bibliográfica. Os produtos cartográficos foram produzidos em software de GIS (Geographic Information System) para representar a distribuição espacial dos assentamentos rurais da agricultura familiar e das terras indígenas.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

À medida que a fronteira agrícola avança, traz em seu âmbito questões territoriais. Na leitura de Fernandes e Pereira (2016), a ótica do movimento do território é geradora de conflitualidade ao promover, simultaneamente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização.

A compreensão de território parte da perspectiva de que ele é gerado a partir do espaço, visto que o ator de produção espacial, “ao se apropriar de um espaço, concretamente ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Assim, é a construção das bases de trabalho e reprodução social no espaço que o apresentam como território.

O território está sob a égide da delimitação de espaço que reflete poder. A abrangência do conceito possui diversas escalas, seja nacional ou de relações entre dois ou mais indivíduos. Definilo como território usado é enxergá-lo como elemento de identidade. Então, o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence (SANTOS; SILVEIRA, 2011) abarca o trabalho, a resistência, o lugar, o modo de vida e as relações humanas.

As questões territoriais em suas diversas percepções políticas e ideológicas resultam em disputa material ou imaterial de interesses. Na questão agrária, o contexto é intermediado a partir da desigualdade social que a estrutura agrária representa. A natureza do capitalismo é subjugar sujeitos às suas cadeias de interesses. Nesse aspecto, há uma contenda entre a lógica presente no território capitalista e a lógica não capitalista que caracteriza certos grupos sociais, podendo, em alguns casos, resultar em violência.

Inerente ao território há o conflito, seja ele pela necessidade de criar ou defender um território. Subentende-se que, por esse ângulo, há múltiplos lados de interpretação que podem abranger “(des)territorialização, territorialização e (re)territorialização. Nesse sentido, a “criação ou a conquista de um território pode acontecer com a desterritorialização e com a reterritorialização” (FERNANDES, 2005, p. 30). Portanto, ligado a conflitualidade, considerada por Fernandes (2004) como um processo intrínseco à formação do capitalismo e do campesinato. Em consequência do paradoxo estrutural gerado, ocorre uma contradição combinada, criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais.

O passo fundamental para entender a conflitualidade consiste nas relações que se desenvolvem no espaço, ou seja, define-se ao ser formado a partir de conflitos territoriais, o território capitalista lutando contra um território não capitalista (FERNANDES, 2004). Pode-se citar nos municípios de Água Boa, Querência e Santo Antônio do Leste as diferentes frentes de interesses entre os assentados, os indígenas e o agronegócio, portanto, dando sentido aos conflitos.

A expansão da fronteira agrícola na área de influência da BR-158 proporciona novos fluxos, favorecendo a desestruturação tradicional e a estruturação do novo, criando um novo território (BERNARDES; ARRUZZO, 2009). Dessa maneira, compreende-se que o processo político territorial propicia a implantação da Rodovia Federal BR-158, ou seja, exige a integração e apropriação do espaço a partir da circulação, assim:

A expressão circulação, etimologicamente parece ser mais ampla, já que traduz o movimento no espaço (mas pode ser entendida como movimento do espaço, devido à capacidade de transformações espaciais causadas pelas interações oportunizadas pelo transporte) (SILVEIRA, 2011, p. 34).

Para Martins (2018), a fronteira agrícola efetiva-se como um espaço de encontros de diferentes realidades, de posseiros, assentados, indígenas, agronegócio. É lugar onde os interesses e as perspectivas se chocam e geram conflito inerente ao território, seja ele pela necessidade de criar ou de defender um território. Subentende-se que nesse aspecto há múltiplas perspectivas de interpretação que podem abranger a desterritorialização, a territorialização e a reterritorialização.

As estruturas e os interesses que encadeiam a fronteira agrícola moderna alteram as relações de produção, porque a produção é também uma relação social. Dessa maneira, Bernardes (2007)

destaca que a fronteira também se realiza no urbano e tem um papel determinante no processo de urbanização, à proporção que o fluxo migratório intrarregional, inter-regional, mas principalmente do campo para a cidade dos "sem terra", dos subempregados e desempregados rurais ou urbanos, é orientado como mão de obra reserva para atender às necessidades da acumulação de capital.

A transição do velho para o novo, do reordenamento, do redirecionamento de fluxos e da especialização de novas estruturas no espaço é drasticamente excludente. Bernardes e Arruzzo (2009) colocam que a negação do velho e a idealização do novo singularizam transformações rápidas e traumáticas, simultâneas ao ritmo acelerado da modernização, devendo-se levar em conta o ritmo, a decomposição da agricultura familiar, a expulsão de posseiros e índios e a degradação ambiental.

Em um panorama de transformações das bases produtivas para que o capital se reproduza através da agricultura, a fronteira se configura na multidimensionalidade do território que, nas palavras de Bernardes e Arruzzo (2009), é espaço de contradição, solidariedade e a conflitualidade estes representam a faces de uma realidade quando o compreendemos na sua totalidade.

A espacialização do capital através do avanço das atividades modernas implica na criação de territórios, ou seja, o reordenamento e estabelecimento das novas relações sociais envolvem processos de integração e exclusão (BERNARDES; ARRUZZO, 2009). Por exemplo, uma das estratégias utilizadas para territorializar é a implantação de rede de transporte e comunicação.

Em um processo de contradição combinada, como afirma Oliveira (2007, p. 11), em “que o próprio capital cria e recria relações não-capitalistas de produção”, isso quer dizer que, com o rompimento de estruturas tradicionais, orientado pelo desenvolvimento contraditório do capitalismo, se em uma dada parcela do espaço há a conflitualidade, o desenvolvimento ocorre simultaneamente.

As relações e as transformações no território nessa perspectiva encontram-se com o que Fernandes (2004) aborda como uma cadeia de novas modificações no âmbito de paisagens, na formação de novas comunidades e na transformação das antigas, empresas, municípios, alterando sistemas agrários e apoios técnicos, adaptando-se aos novos mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por distintos padrões de desenvolvimento.

O desdobramento dessas transformações resulta em um meio de resistência dos trabalhadores sem-terra, e um destes é a ocupação. O princípio de tudo é o desenvolvimento contraditório do capitalismo por sua face de expropriação, pelo desemprego, pelas desigualdades (FERNANDES, 2004). O contexto desses movimentos socioterritoriais gera espaços políticos, é um novo território construído pela ruína de outro, são processos de desterritorialização e territorialização sobrepostos. A configuração socioespacial representa a forma, o aspecto visível. “A categoria de análise não é o território em si, mas o território utilizado, pois o espaço é sempre histórico” (RIBEIRO; MILANI, 2009, p. 212). Em outras palavras, a sociedade e suas várias facetas existem a partir do espaço. A infraestrutura está no espaço. E a economia está no espaço. E o território é utilizado no espaço. E a história está no espaço. E o futuro se configura a partir do espaço.

Os movimentos socioterritoriais estão vinculados ao desenvolvimento que, geralmente, vem acompanhado de uma cadeia de interesses que não abarcam as estruturas tradicionais locais e a defesa desses territórios culturais, econômicos e sociais gera conflitualidades.

4. REALIDADE FUNDIÁRIA: CONCENTRAÇÃO E CONFLITUALIDADE

A concentração fundiária é um dos atributos do capitalismo no meio rural que fomenta novos problemas referentes à questão agrária. As discussões acerca da questão agrária intermediam-se a partir da desigualdade social que a estrutura agrária se configura, por meio da relação espaço e sujeito. A natureza do capitalismo é subjugar sujeitos a sua cadeia de interesses; nesse aspecto há uma contenda de território capitalista pelo território não capitalista, disputa pela qual se compõe o resultado da perspectiva do desenvolvimento aplicado ao espaço.

O conceito de estrutura fundiária, de acordo com Caldart *et al.* (2012, p. 355), “refere-se ao

perfil de distribuição das terras numa dada sociedade”, isto é, resultado da estrutura agrária que determina a forma que a terra é distribuída e/ou concentrada. A estrutura fundiária no Brasil é concentrada, como pode ser observado na Tabela 1, pois a maior parcela de áreas se distribui em menores quantidades de imóveis.

Tabela 1 – Estrutura Fundiária no Brasil - 2014

Classe de área (ha)	2014	
	Imóveis	Área (ha)
Menos de 1	274.671	68.179,10
1 a menos de 2	183.693	250.433,37
2 a menos de 5	841.217	2.827.508,40
5 a menos de 10	908.886	6.566.924,32
10 a menos de 25	1.499.140	24.305.032,47
25 a menos de 50	932.481	32.802.217,70
50 a menos de 100	665.642	46.170.133,05
100 a menos de 200	645.700	133.446.464,51
500 a menos de 1000	93.658	65.276.368,53
1.000 a menos de 2.000	48.234	66.717.495,31
2.000 a menos de 5.000	36.639	108.793.966,83
5.000 a menos de 10.000	7.100	50.696.144,66
10.000 a menos de 20.000	1.591	21.770.955,74
20.000 a menos de 50.000	879	26.261.973,04
50.000 a menos de 100.000	222	15.806.316,49
100.000 e mais	365	138.641.532,26
Total	6.140.118	740.401.645,78

Fonte: DATALUTA (2016), organizado pelos autores (2019).

Girardi (2008) considera os imóveis com classe de áreas, em três grandes grupos: pequenos, com área inferior a 200 ha; médios, com área entre 200 e menos de 2.000 ha; e grandes, com área superior a 2.000 ha. Assim, pode-se interpretar que em 2014 a estrutura fundiária brasileira possuía um grande número de áreas pequenas e médias, em torno de 70 % do total de imóveis; enquanto isso as grandes detinham mais ou menos 80% das áreas, mesmo que fossem apenas 46.788 imóveis de um total de 6.140.118. Isso confirma que as políticas de reforma agrária não tocaram na concentração geral da estrutura fundiária brasileira.

A estrutura fundiária do Brasil entre 1998-2014 apresenta um crescimento no índice de GINI, ou seja, apesar de terem sido criados assentamentos rurais em proporções significativamente numerosas, a menor quantidade das propriedades possui 100.000 ou mais hectares, assim sendo, índice e Gini no Brasil de 1998 a 2014 variou de 0,84 a 0,86. Portanto, o índice de Gini fundiário do Brasil aparece desde 1998 superior a 0,80, o que significa baixa distribuição, já que quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade. Em 1994 o índice alcançava pouco menos que 0,84, caindo no ano de 2003 para pouco mais de 0,81. Isso pode ter ocorrido devido à criação e distribuição de novos assentamentos, porém, o índice volta a aumentar ainda mais nos anos subsequentes, confirmando que a estrutura fundiária brasileira continua desigual.

Além disso, há a dicotomia dos dados, pois a realidade da posse da terra pode ser muito mais concentrada do que as informações demonstram, já que “o critério mais adequado para o cálculo do índice de GINI para a estrutura fundiária seria adotar como unidade básica o proprietário e a área total da qual é detentor, não importando a contiguidade ou localização dos imóveis” (GIRARDI, 2008, p. 203). Dessa maneira, há muito mais terras nas mãos dos latifundiários do que o efetivamente contabilizado.

Como expressão da desigualdade, a estrutura fundiária concentrada se dá pela cultura extensiva e de exportação. No caso de Mato Grosso, por bovinos e monocultura, com intuito de transformar a produção do campo em commodities, ou seja, mercadorias para ofertá-las ao mercado mundial (OLIVEIRA, 2016). Adjacente a esse cenário estão os assentamentos rurais que poderiam propiciar índices de desconcentração (Tabela 2).

Tabela 2 – Evolução da estrutura fundiária do estado de Mato Grosso - 1998/2008/2011

Classe de área (ha)	1998		2008		2011	
	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
Menos de 1	83	36,60	57	34,50	101	44,40
1 a menos de 2	295	430,90	345	506,80	346	506,26
2 a menos de 5	1.119	4.59,90	1.638	5.580,00	2.414	8.750,67
5 a menos de 10	2.018	14.564,70	2.721	19.538,80	4.169	30.286,94
10 a menos de 25	7.404	127.046,70	9.508	163.619,80	13.145	227.367,46
25 a menos de 50	14.576	512.228,20	18.173	640.477,10	23.561	832.701,01
50 a menos de 100	17.373	1.163.682,30	20.276	1.389.224,50	26.002	1.815.277,69
100 a menos de 200	13.781	1.827.488,30	16.675	2.228.911,50	20.573	2.766.498,04
200 a menos de 500	15.587	5.066.901,50	19.349	6.218.633,50	24.521	7.867.714,63
500 a menos de 1000	7.737	5.438.453,90	9.680	6.806.196,80	12.408	8.822.525,66
1000 a menos de 2000	6.231	8.669.977,00	7.786	10.902.571,70	8.801	12.283.193,43
2000 a menos de 5000	5.853	17.109.497,80	6.995	20.648.940,20	7.993	23.664.817,37
5000 a menos de 10000	1.722	13.021.916,70	2.072	15.697.901,50	2.234	16.815.565,82
10000 a menos de 20000	524	7.161.861,60	151	2.051.239,50	274	3.780.865,22
20000 a menos de 50000	268	7.838.340,70	84	2.403.895,10	163	4.694.481,38
50000 a menos de 100000	48	3.236.654	13	875.929,50	31	2.052.052,99
100000 e mais	13	1.621.300,00	3	334.983,40	22	4.237.698,50
Total	94.7122	72.814.441,70	115.526	70.388.184	146.758	89.900.347

Fonte: DATALUTA Mato Grosso (2013), organizado pelos autores (2019).

O estado de Mato Grosso apresenta o aumento nas classes de áreas de 2.000 a 100.000 e mais hectares ao longo dos anos. Para representar esse processo, no ano de 1998 pelo menos 68% da área estatal estava ocupada por grandes imóveis, enquanto 4% estava era ocupada por pequenas propriedades e 28% por médias. No entanto, a concentração desvela-se ao compararmos a quantidade desses imóveis, pois 60% são pequenos, 31% médios e 9% grandes.

Assim, podemos reafirmar o princípio que há muitas terras nas mãos de poucos, nos anos subsequentes essas disparidades se mantiveram – em 2011 cerca de 3% de áreas pequenas, médias 32% e 65% grandes; em relação a 1998 pode-se observar que diminuíram as áreas de propriedades pequenas de 4% para 3% e 7,3% de imóveis grandes detém 65% das áreas. O aspecto geral é que as mudanças da estrutura fundiária ano a ano se direcionam para mais propriedades com área pequena e menos propriedades com áreas muito maiores, representando, assim, mais terras nas mãos de poucos.

Ao analisar-se o Relatório Dataluta (2017), pode-se perceber que as regiões do país que apresentam maior concentração de terras são, respectivamente, Norte e Centro-Oeste, sendo destacados os estados do Pará e do Mato Grosso. Nesses estados há uma evolução da estrutura fundiária de forma progressiva, ou seja, com tendência à acumulação, principalmente para as classes de áreas consideradas grandes, ou seja, de 2.000 e mais hectares. Assim sendo, Centro-Oeste e Norte caracterizam-se por menor quantidade de imóveis, mas possuem em conjunto 58,6% de áreas, isso significa que há menor quantidade de propriedades e maior extensão, isso se dá devido à expansão da fronteira agrícola e à produção monocultora.

Em consonância a esse cenário, a consolidação do agronegócio no Brasil, de acordo com Hogan *et al.* (2002), transforma as relações sociais referentes ao acesso à terra, efetivando a pressão

para a expansão e disponibilização de novas áreas agricultáveis, agravando ainda mais a tendência de apropriação de terras em maior quantidade por cada vez menos proprietários.

Silva, Monteiro e Silva (2015) ressaltaram que a modernização da agricultura brasileira se desenvolve sem nenhuma mudança na estrutura agrária e que esse fator foi fundamental para continuidade do latifúndio, porque propiciava que os médios e grandes imóveis rurais acumulassem ainda mais áreas extensas para suas atividades.

No Brasil, evidencia-se uma configuração espacial concentradora ao se analisar em distintas escalas-temporais a consolidação do território, a ocupação, a distribuição das terras, a expansão das áreas de produção, o uso do solo. Como destaca Silva (1981, p. 5), “a questão agrária está ligada às transformações nas relações sociais e trabalhistas de produção: bem como se produz, de que forma se produz”, assim o problema é estabelecido pela intensificação das relações capitalistas de produção.

Em outras palavras, o processo de inter-relações do trabalho e como ele se configura no meio rural resultam no problema da Questão Agrária. Os indicadores dessa problemática são divididos por Silva (1981) em como se organiza o trabalho e a produção, a qualidade de renda e emprego dos trabalhadores rurais, e a progressividade das pessoas ocupadas no campo, entre outros.

Em resumo, o uso do solo anterior à efetivação da apropriação do espaço pelo capital baseava-se em abertura de novas áreas, visando à ocupação do território para controle do Estado. A modernização agrícola difundiu novas necessidades de trabalho, ampliando a recriação dos fatores acumulação de capital, ou seja, desigualdades, exclusão, diferenciações espaciais e especializações de áreas, resultando no conflito.

Entender as relações no campo é construir análises sobre a lógica do capital em sua reprodução expandida. É entender que a estrutura agrária e agrícola são ferramentas e que a dominação da produção agrícola, com intencionalidade de trazer um processo de dependência, destruindo a produção independente, tem o objetivo de monetizar todas as relações de troca, gerando subordinação e dependência, reforçando o livre mercado (GRAZIANO NETO, 1985) e instaurando o reino das mercadorias.

A estrutura fundiária brasileira e a do estado de Mato Grosso refletem as relações com a posse da terra. Nessa perspectiva, a monopolização de grandes extensões por poucos imóveis rurais traduz-se na ampliação e apropriação do território pelas atividades de monocultura. Paralelo a esse encadeamento na disponibilização produtiva para o agronegócio, há interferências em outros grupos sociais, no caso terras indígenas, assentamentos – esses últimos são os que possuem poucas terras para muitas pessoas, em contradição à evolução de uma estrutura fundiária de muitas terras para poucos.

5. VALE DO ARAGUAIA: TERRAS INDÍGENAS, ASSENTAMENTOS E LATIFÚNDIO

A produção da dinâmica territorial dos eixos de desenvolvimento é norteadas pelos sistemas de transporte, o que torna possível a integração e a inter-relação em diversas escalas das atividades produtivas proeminentes. Dessa maneira, os municípios da região da BR-158 têm se integrado ao avanço da produção da soja.

Bernardes e Arruzzo (2009) nos colocam uma compreensão a respeito do desenvolvimento do Vale do Araguaia como uma fronteira técnica, na medida em que há nesta região contradições em que alguns possuem alto desenvolvimento técnico, enquanto outros não se inseriram neste panorama. Os ordenamentos anteriores seriam o rompimento e a desagregação. A ruptura dos ordenamentos anteriores desagregou, desconstruiu e reconstruiu as relações de poder entre os grupos sociais tradicionais e os novos grupos, implicando em processo de integração e exclusão inerente ao avanço das atividades modernas, significando funcionalidades e conteúdos distintos – a fronteira como processo de acumulação de capital é território de conflito.

Hogan *et al.* (2002) definem o processo de expansão da fronteira agrícola por meio da monocultura de grãos em três fases: a primeira com a chegada dos pioneiros da soja no Mato Grosso,

no fim da década de 1960; em seguida, de 1980 a 1985, a consolidação do sistema intensivo de produção de soja; e, por fim, (mas não conclusivo) de 1985 até os dias atuais, com a consolidação do complexo grãos-carne no Centro-Sul e Centro-Oeste, através da espacialização de conglomerados industriais.

A consolidação da região do Vale do Araguaia no circuito produtivo da monocultura, com a viabilização do estado, é muito mais do que a abertura de novas áreas para integrá-las ao território nacional, mas também a territorialização de uma rede técnica como caminho para fomentar novos fluxos, proporcionando a desestruturação do tradicional e convencendo novas estruturas (BERNARDES; ARRUIZZO, 2009).

A ocupação do Vale do Araguaia pelo capital apresenta diferentes intencionalidades territorializadas através dos agentes privados que, apoiados pelo Estado, desenvolvem ações em prol dos seus interesses. No entanto, deixam transparecer que tais intervenções são de interesse público. De acordo com Fernandes (2005), o território em movimento significa expansão e retração, sua multidimensionalidade de criação e destruição, portanto esses processos explicitam a conflitualidade que gera múltiplas alterações na estrutura fundiária, a exemplo dos assentamentos rurais.

Os assentamentos rurais mais antigos, como os de Água Boa, foram criados a partir de 1987 e fizeram parte do processo de colonização dirigida que o Governo Federal fomentou na década de 1970, para reduzir especulações sobre reforma agrária na região Sul do Brasil, como uma maneira de efetivar a abertura de fronteiras para dispor de maior extensão de terras e, ao mesmo tempo, ter a disponibilidade de força de trabalho alicerçada na lógica capitalista (CASTRO *et al.*, 2002).

Nessa perspectiva, vários grupos de migrantes seguiam em direção à fronteira, atraídos pela promessa do novo, do crescimento econômico e da possibilidade de adquirir propriedade da terra, ou seja, as frentes de expansão têm sido o modo de reprodução ampliada do capital (MARTINS, 2018). Se, de um lado, há os “civilizados” que levam o progresso e o desenvolvimento, por outro lado, há, no entanto, valores e concepções que, além de não serem compreendidos, não são respeitados e acham-se excluídos e explorados.

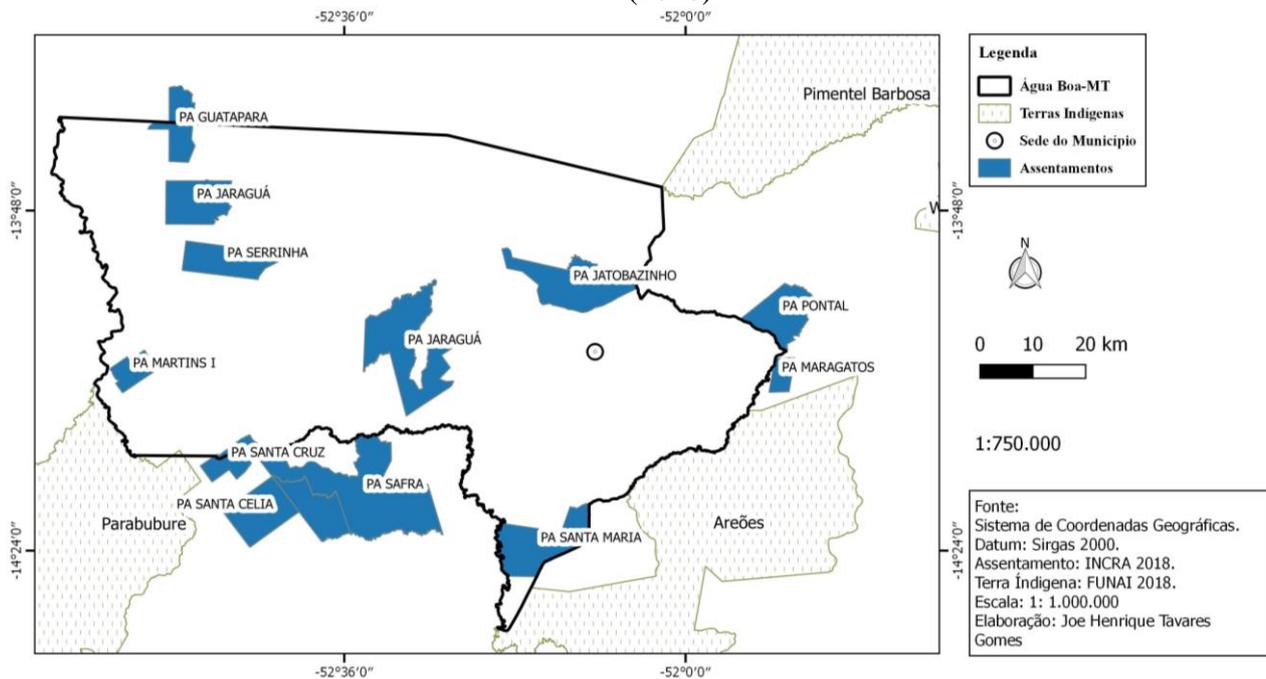
O município de Querência possui cinco assentamentos e o total de 1.211 famílias; Água Boa possui sete assentamentos e um total de 1.179 famílias; e Santo Antônio do Leste apenas um assentamento com 597 famílias assentadas. Vale ressaltar que o período de emancipação é, predominantemente, de 1992 a 1999.

Nesse mesmo panorama, os três municípios, ao serem verificados junto ao banco de dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2010), são recortados por Terras indígenas tradicionalmente ocupadas pelas etnias: Xavante, Wauja, Trumái, Yawalapití, Mehináku, Aweti, Yudjá, Kisêdjê, Ikpeng, Matipú, Kuikuro, Nahukuá, Tapayuna, Kaiabi, Kamayurá e Kalapalo, divididas em nove terras indígenas. A maior diversidade está em Água Boa, seguida por Querência, apesar de algumas destas fazerem parte de outros municípios limítrofes.

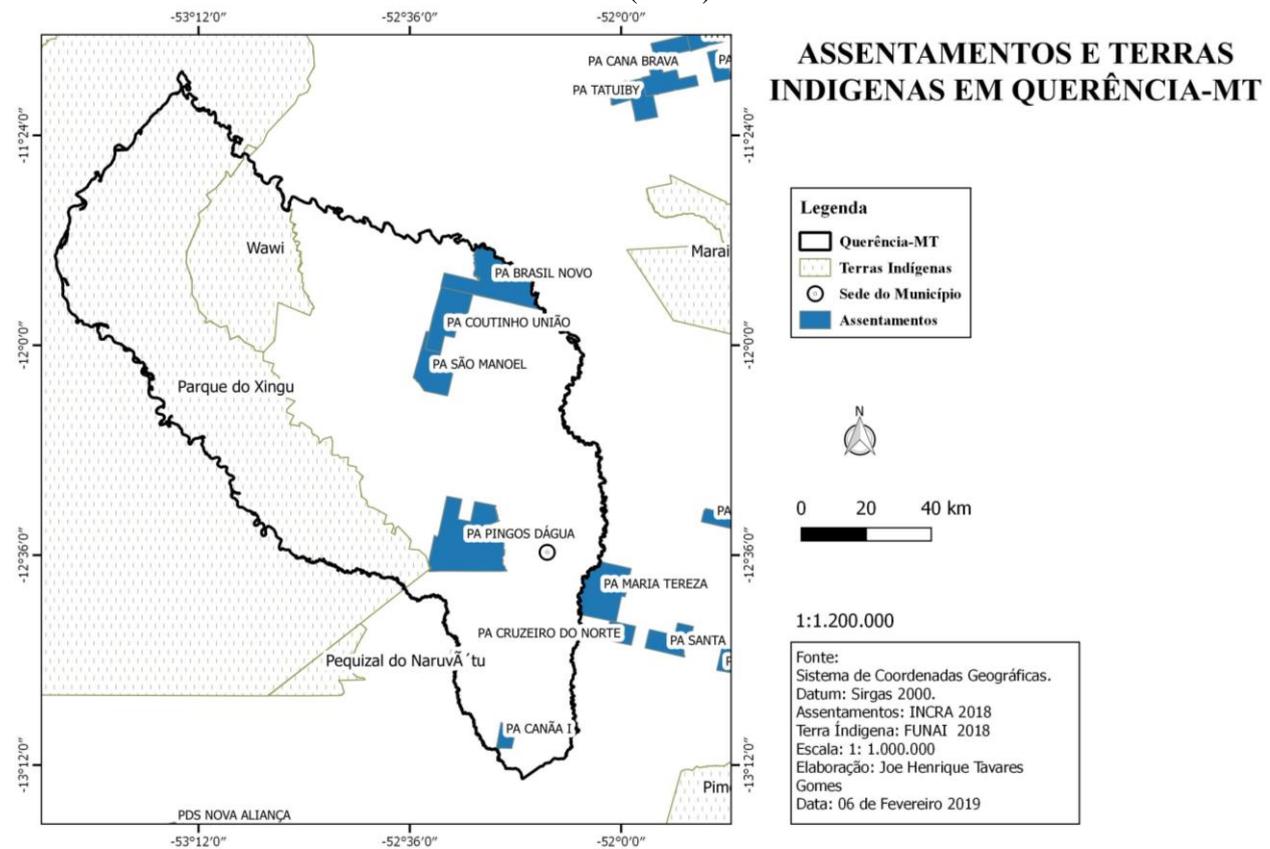
Dessa forma, a inserção da ideologia do desenvolvimento e da modernidade requer a substituição do velho pelo novo e, por isso, a dinâmica do agronegócio tem como efeito a devastação cultural e ambiental (SILVA; MONTEIRO; SILVA, 2015). Portanto, assentamentos e terras indígenas coexistem em território de apropriação do agronegócio através da monocultura (Figura 2).

Água Boa, Querência e Santo Antônio do Leste possuem assentamentos e terras indígenas e alguns destes estão próximos, o que ilustra a ideia de “linha de frente”, pois, a partir do momento que o capital se territorializa, empurra os grupos indígenas para novas fronteiras, o que significa novos conflitos, novas territorializações causadas pela desterritorialização.

O município de Querência ainda possui população rural maior do que a urbana, o que está associado também a projetos de assentamentos recentes, assim como tem uma área grande da sua divisão administrativa no Parque Nacional do Xingú e na Terra indígena Wawi (Figura 3), talvez a proporção de maior população rural se explique em primeiro momento pela grande quantidade de indígenas e também de assentados.

Figura 2 – Distribuição espacial dos assentamentos e terras indígenas no município de Água Boa-MT (2018)

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Figura 3 – Distribuição espacial dos assentamentos e terras indígenas no município de Querência-MT (2018)

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

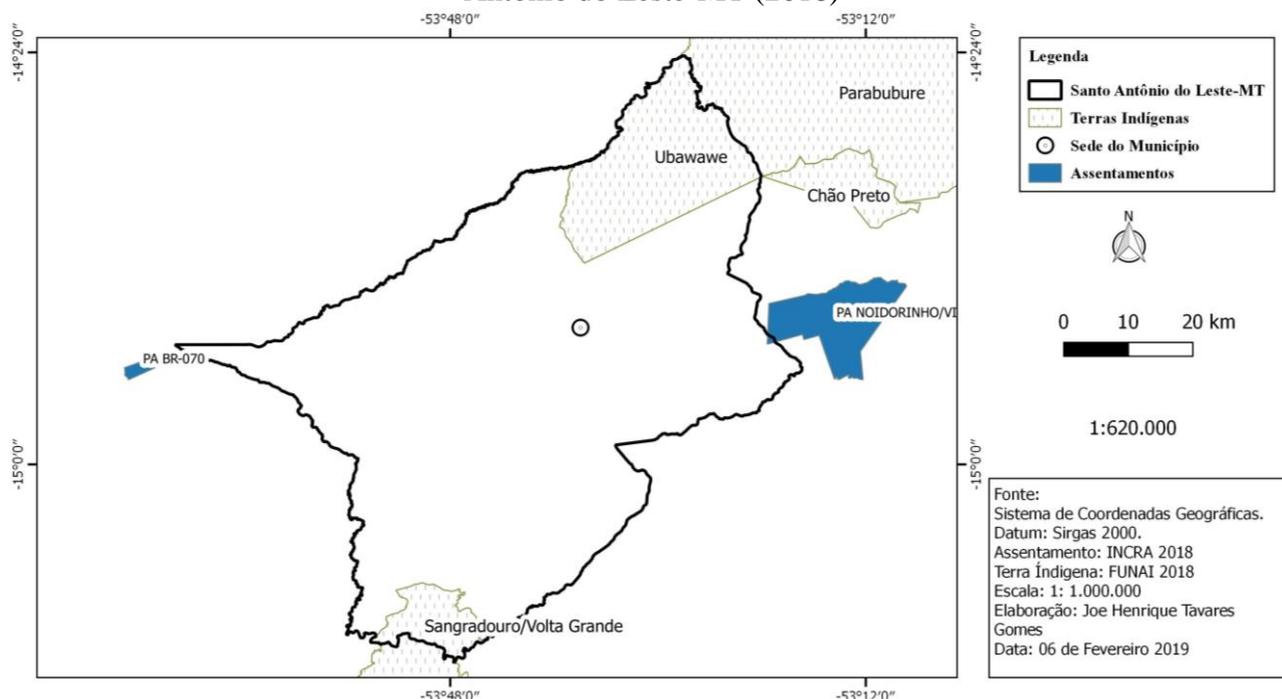
A distribuição espacial dos assentamentos e terras indígenas no município de Querência-MT (Figura 3) evidencia a área do Parque Nacional do Xingu e a Terra Indígena Wawi, que são áreas protegidas. A abrangência delas é de pelo menos 30% do território de Querência, registra-se ainda a presença de 6 assentamentos. Em um território que abriga populações de interesses diversos, a conflitualidade se expressa por ações de resistência ou de subordinação. Todavia, existe sempre o território que avança mais do que os demais e, neste caso, é o da produção monocultora, que simplesmente avança sobre as terras indígenas ou que as invade com a pulverização de agrotóxicos, já que a produção monocultora está além dos seus limites oficiais.

Labruna e Pereira (2011) descrevem que ao mesmo tempo que a fronteira avança com a consolidação territorial produtiva, aumentam os descontentamentos e assim algumas ações de grupos excluídos e expropriados por esse processo. Um exemplo são os indígenas do Xingu, com a Associação das Terras Indígenas do Xingu-ATIX, que reivindicam a soberania territorial e a proteção das áreas devido às ameaças causadas pela expansão da soja.

Os assentamentos passam pelo processo de integração e subordinação ao agronegócio através do arrendamento de terras, ou, mesmo, a produção de pequeno porte da soja, o fato é que soja avança as fronteiras físicas, ideológicas e humanas.

O município de Santo Antônio do Leste emancipou-se com população predominante urbana. De acordo com o histórico disponibilizado no site da prefeitura, buscava-se independência política para desmembrar-se do Município de Novo São Joaquim. Também há apenas um assentamento e porções de terras indígenas (Figura 4).

Figura 4 – Distribuição espacial dos assentamentos e terras indígenas no município de Santo Antônio do Leste-MT (2018)



Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Adjacentes a esse cenário estão os assentamentos rurais, que poderiam propiciar índices de desconcentração nos municípios de Água Boa, Querência e Santo Antônio do Leste. No entanto, como é apresentado na análise da estrutura fundiária do Mato Grosso, a concentração aumenta ainda mais em áreas de fronteira. Os assentamentos são parte desse processo, pois é a partir deles que há abertura de passagem para a produção monocultora.

Como pode ser visto na Tabela 3, tem-se a distribuição de assentamentos rurais nos municípios de Água Boa, Querência e Santo Antônio do Leste, com seus respectivos anos de fundação e a quantidade de famílias assentadas por área em hectares – novos projetos não foram iniciados após o ano de 2006, momento no qual o agronegócio já se consolidava.

Tabela 3 – Distribuição de assentamentos Rurais nos municípios de Água Boa, Querência e Santo Antônio do Leste, ano de criação, famílias assentadas e áreas (ha)

MUNICÍPIO	NOME ASSENTAMENTO	ANO CRIAÇÃO	ÁREA (HECTARES)	CAPACIDADE (FAMÍLIAS)	FAMÍLIAS ASSENTADAS
Água Boa	PA Jatobazinho	1987	15057,9595	232	219
	PA Jandira	1987	9471	150	143
	PA Serrinha	1992	9916,5589	158	36
	PA Martins I	1995	3847,8967	70	53
	PA Santa Maria	1997	13586,8181	217	208
Santo Antônio do Leste	PA Jaraguá	1998	20162,3996	420	410
	PA Santa Cruz	2003	4781,2669	111	110
	PA Santo Antônio da Mata Azul	1995	109913	600	597
	PA Coutinho União	1995	15739,5391	172	172
Querência	PA Brasil Novo	1998	9471	317	297
	PA Pingos D'água	1998	38409,46	549	522
	PA São Manoel	1999	12756,0764	183	178
	PA Canãa I	2006	5406,938	75	42

Fonte: DATALUTA (2017), organizado pelos autores (2018).

Os dados da Tabela 3 apresentam cerca de 15% de assentamentos que foram criados na década de 1980 – 70% na de 1990 e em 2000 por volta de 15%, e a quantidade de famílias no total são de 2.987 que representa 267 pessoas a menos do que a capacidade prevista. Desses, os que possuem maior quantidade de assentados é Santo Antônio do Leste com 1248, seguida de Querência com 1231. Em paralelo a essas informações tem-se a quantificação de terras indígenas nesses municípios, de acordo com o procedimento jurídico e a superfície territorial (Quadro 1).

Quadro 1 – Terras indígenas: Etnia, Município, procedimento jurídico e superfície

Terra indígena	Etnia	Município	Superfície (ha)	Procedimento
Areões	Xavante	Água Boa	218.515,0000	Regularizada
Areões	Xavante	Água Boa		Em Estudo
Usoúpá	Xavante	Nova Xavantina, Campinópolis, Água Boa		Em Estudo
Parabubure	Xavante	Nova Xavantina, Campinópolis, Água Boa	224.447,3367	Regularizada
Nambikwara	Xavante	Nova Xavantina, Campinópolis, Água Boa		Em Estudo
Parque do Xingu	Wauja, Trumái, Yawalapití, Mehináku, Aweti, Yudjá, Kisêdjê, Ikpeng, Matipú, Kuikuro, Nahukuá, Tapayuna, Kaiabi, Kamayrurá, Kalapalo	Feliz Natal, Gaúcha do Norte, Querência, Canarana, São Félix do Araguaia, Nova Ubiratã, Marcelândia, Paranatinga, São Félix do Xingu (MT/PA)	2.642.003,9374	Regularizada
Wawi	Kisêdjê	Querência		150.329,1865
Wawi	Kisêdjê	Querência		Em estudo
Ubawawe	Xavante	Santo Antônio do Leste	52.234,4773	Regularizada

Fonte: FUNAI (2010), organizado pelos autores (2018).

No Quadro 1 pode-se destacar que quatro das terras indígenas são regularizadas, duas em Querência e Santo Antônio do Leste e as outras duas em Água Boa. Ou seja, após passar por homologação, foram registradas pelo cartório como patrimônio da União. E, por outro lado, cinco estão em processo de estudo antropológico, cartográfico, entre outros, para fundamentação de uma possível delimitação.

Em um panorama em que as características da estrutura agrária se subdividem em três modos de vida diferentes, latifúndio, assentamentos e terras indígenas, há concentração e índices de desigualdade acima da média. Vale ressaltar que o elemento base das discussões da questão agrária é a terra, por ser uma fonte de riqueza que se valoriza mediante a especulação “imobiliária”, a implantação de infraestruturas, a qualidade do solo, a localização e outros elementos em que o proprietário não precisa investir. Além disso, a terra ainda possibilita acesso e capacidade de manutenção de atividades de sobrevivência e, por outro lado, a acumulação de capitais.

Sendo assim, em um palco de intensa apropriação produtiva do monopólio do agronegócio, os municípios de Água Boa, Querência e Santo Antônio do Leste apresentam relações de conflitualidade, como pode ser observado no Quadro 2, que demonstra, consecutivamente, o número de manifestações de conflito e seus motivos nos anos de 2000 a 2016. A questão central dessas manifestações está relacionada à estrutura fundiária e ao ordenamento produtivo que se desenvolve. Nesses casos, a questão indígena evidencia-se, mesmo que outros grupos estejam relacionados.

Quadro 2 – Distribuição das manifestações por município e suas características de 2000 a 2016

Município	Número de Manifestações	Local da Manifestação	Tipo de Manifestação	Ano da manifestação	Caracterização do protesto
Água Boa	1	BR-158	Bloqueio	2012	Protestos dos produtores rurais que serão retirados da terra indígena Marãiwatsédé, em Alto da Boa Vista
Querência	1	Não informado	Carta do Povo Kisêdjê/Contra a PEC-215	2015	Questão Indígena
Santo Antônio do Leste	-	-	-	-	-

Fonte: DATALUTA (2017), organizado pelos autores (2018).

Esse quadro revela que as manifestações realizadas nos municípios de Água Boa e Querência ocorreram, respectivamente, nos anos de 2012 e 2015 e representavam questões relacionadas à demarcação de terras indígenas. O povo Kisêdjê apresentou uma carta em oposição a PEC-215, uma proposta apoiada pela bancada ruralista e que tramitava desde 2000. A aprovação dessa PEC traria consequências não só para a demarcação de novas terras indígenas (e Quilombolas), mas também na flexibilização (por corporações, como hidrelétricas) de acesso às terras já homologadas e consideradas por lei como território originário.

Observa-se que no período analisado não houve muitas manifestações, embora a população indígena continuasse sendo expropriada de seus direitos, possivelmente porque foram criadas outras frentes de luta. Exemplos destas são as ONGs, associações e redes de ações políticas, sociais, culturais e ambientais.

Já a manifestação de Água Boa foi resultado do processo de apropriação e expropriação da TI Marãiwatséde e se dá como consequência do processo de aquisição de parte do território tradicional dos povos xavantes pela empresa agropecuária Suiá Missú, em meados da década de 1960. Fato que resultou na retirada dos indígenas dessa área.

Em paralelo à situação dos indígenas havia também os não-índios que ocuparam o território. Como afirma Rosa (2015), os primeiros posseiros, os chamados posseiros da Suiá, também tinham em comum a insegurança quanto à permanência na terra. E no ano de 2012, após 40 anos de luta pela terra, houve a reterritorialização indígena e, por outro lado, ocorreu a expulsão dos posseiros no então distrito de Alto Boa Vista.

Diante das complexas relações geradas a partir de uma iniciativa privada, fortificaram-se ainda mais os preconceitos referentes a indígenas. Esse conflito, especificamente, reflete distintas realidades, a do latifundiário, que orienta toda a organização territorial desse espaço, e as outras duas frentes de enfrentamento, entre povos indígenas, camponeses e a modernização agrícola. Os diferentes interesses e intencionalidades, portanto, resultam em disputas territoriais, ou seja, a luta pela terra (como pode ser observado no Quadro 3).

Entre povos indígenas, camponeses e a modernização agrícola, os diferentes interesses e intencionalidades resultam em disputas territoriais, ou seja, a luta pela terra. Como Fernandes (2013) afirma, é sempre a luta por um determinado território como pode ser exemplificado no quadro 1.

Uma dessas manifestações são as de pequenos produtores rurais que foram retirados da então demarcada terra indígena Marãiwatsédé (cortada pela BR-158), que não faz parte do município de Água Boa. No entanto, entende-se que é visto como polo de influência dos municípios ao longo da BR-158, por isso as manifestações acontecem nessa localidade.

Outro aspecto para a análise são as ocupações de terras por famílias sem-terra (ou em busca do direito à terra), apresentado no Quadro 3, de acordo com a localização e quantidade de famílias de 1988 a 2016.

Quadro 3 – Localização de ocupações e quantidade de famílias de 1988 a 2016

Município	Nome da área	Ocupação	Famílias	Nome do movimento Social	Data da ocupação	Fonte
Água Boa	Fazenda Santa Maria	1	66	N.I	23/07/1988	CPT (Comissão Pastoral da Terra)
	Fazenda Santana	1	150	N.I	01/01/1991	

Fonte: DATALUTA (2017), organizado pelos autores (2018).

Água Boa é o município que apresenta histórico de ocupações de 1988 a 2016. Portanto, ocorreram 2 ocupações, uma em 1988 e a outra em 1991. A ocupação se constitui como um momento de luta pela terra. De acordo com Girardi (2008, p. 274), “é a principal estratégia de luta pela terra realizada pelos movimentos socioterritoriais camponeses”.

Desse modo, pode-se afirmar que a fronteira agrícola nos municípios de Água Boa, Querência e Santo Antônio do Leste é a revelação da apropriação do território, refletindo, em primeira instância, nas terras indígenas tradicionalmente ocupadas e nos assentamentos. Todo esse ordenamento territorial se dá pelas transformações fomentadas por meio das atividades agrícolas vigentes.

A complexidade dessas relações se dá pelo território, que abarca o trabalho, a resistência, o lugar, o modo de vida e as relações humanas. A criação e a conquista acontecem mediante o dualismo desterritorialização e reterritorialização. Os movimentos e as transformações inerentes a eles ocorrem também pela conflitualidade. Assim, entender o território é entender que ele é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência (FERNANDES, 2005) e que as relações não são pontuais, mas carregam em si intencionalidades e movimentos do processo de formação do espaço dos municípios, desde a ideia de expansão de fronteira.

O panorama de transformações na dinâmica socioespacial desses municípios, de acordo com interesses da territorialização do capital, é elucidado a partir dos conflitos inerentes à expansão dessas fronteiras e, portanto, à redução já existente. Certamente, esse processo se dá à luz do enfrentamento

dessas intencionalidades na ideologia de torná-las unificadas. Então, enquanto houver mobilização há ainda algo mais do que um mar de soja, há modos de vida que não dependem única e exclusivamente da venda de sacas ou de toneladas de grão.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na medida em que a fronteira agrícola avança, consolidam-se o capital e suas relações no território, transformando suas características nos moldes da produção capitalista, a partir de interesses conflitantes dos diferentes grupos sociais, os que resistem como povos indígenas e assentados e os que avançam, os representantes do agronegócio.

Portanto, nesse panorama de interesses distintos, em que se sobressai apenas um deles – nesse caso, os que visam apenas o crescimento econômico (crescimento de produção numérica) e não do desenvolvimento social, ambiental e econômico de forma integrada –, a territorialização do capital efetiva-se e representa o espaço a partir de uma configuração territorial que resulta na luta pela permanência na terra, especificamente travada pelos povos indígenas e pelos agricultores familiares. Ademais, a questão agrária, em sua essência contraditória, aponta os problemas no panorama dos movimentos socioterritoriais, seus díspares objetivos, realidades e interesses que se chocam em um território de apropriação do capital, envolvendo os agentes que permeiam esse processo, elucidando as diferentes conflitualidades existentes.

Assim, no Vale do Araguaia, especificamente nos municípios de Querência, Canarana e Santo Antônio do Leste, o avanço do agronegócio e os resultados de tal processo revelam os conflitos ideológicos e físicos entre os grupos pesquisados, em que, em alguns momentos, os próprios expropriados das suas terras lutam entre si, sem perceber a construção ideológica a favor da concentração da estrutura fundiária que permeia tais atos. De forma concomitante, processos de resiliência são registrados, a exemplo das manifestações que envolvem os grupos indígenas e os agricultores familiares, na esperança de sua permanência na terra e da melhoria de sua qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. *In*: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997. p. 33-55.

BARROZO, J. C. **Araguaia: O (Des)Encontro de Diferentes Agentes Sociais**. 1ª. ed. Cuiabá-MT: EDUFMT, v. 500, 2016. 222p.

BARROZO, J. C. **Fronteiras de Mato Grosso: Em busca do ELDORADO e da TERRA PROMETIDA**. 1. ed. Cuiabá: EDUFMT, v. 01, 2017. 212p.

BERNARDES, J. A. Agricultura moderna e novos espaços urbanos no Cerrado brasileiro. **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: www.epublicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/618/651. Acesso em: 24 jul. 2018.

BERNARDES, J. A.; ARRUIZZO, R. C. (Org.). **Novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/08/CALDART-Dicion%C3%A1rio-Campo-2012.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

CASTRO, S. P. *et al.* **A Colonização Oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade”**. Cuiabá: EDUFMT, 2002.

DATALUTA BRASIL. **Relatório DATALUTA 2017**. Disponível em: www2.fct.unesp.br/nera/relatoriosbr.php. Acesso em: 12 out. 2017.

DATALUTA BRASIL. **Relatório DATALUTA 2016**. Disponível em: www2.fct.unesp.br/nera/relatoriosbr.php. Acesso em: 12 out. 2017.

DATALUTA BRASIL. **Relatório DATALUTA 2013**. Disponível em: www2.fct.unesp.br/nera/relatoriosbr.php. Acesso em: 12 jan. 2019.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/106708>. Acesso em: 22 jul. 2018.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **NERA**, Presidente Prudente, v. 6, n. 8, p. 14-34, 2005. Disponível em: www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf. Acesso em: 05 nov. 2018.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Lincoln Institute of Land Policy e Harvard University, 2004. Disponível em: www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/quest%C3%A3o-agr%C3%A1ria-conflitualidade-e-desenvolvimento-territorial. Acesso em: 10 ago. 2019.

FERNANDES, B. M.; PEREIRA, J. M. (Org.). **Desenvolvimento territorial e questão agrária: Brasil, América Latina e Caribe**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

FUNAI. **Terras indígenas no Brasil: fases e procedimentos**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: jul. 2018.

GIRARDI, E. P. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: Unesp/NERA, 2008. Disponível em: www.atlasbrasilagrario.com.br. Acesso em: 01 nov. 2018.

GRAZIANO NETO, F. **Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura**. 2. ed. Brasiliense: São Paulo, 1985.

HOGAN, D. J. *et al.* (Org.). **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP; PRONEX, 2002. 322 p.

LABRUNA, M. B.; PEREIRA, V. Faces da modernização socioespacial das fronteiras capitalistas do agronegócio na Amazônia brasileira: análise dos ajustamentos territoriais da soja no Mapito e Nordeste mato-grossense. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR*, 14, 2011. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, ANPUR, 2011. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/987/969>. Acesso em: 20 out. 2019.

MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

OLIVEIRA, A. U. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016. 545p.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007. 184p.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 312 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/37t/pdf/ribeiro-9788523209322.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2016.

ROSA, J. C. da. **A luta pela terra Marãiwatsédé: povo Xavante, Agropecuária Suiá Missú, posseiros e grileiros do Posto da Mata em disputa (1960-2012)**. 2015. 318 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015. Disponível em: http://ri.ufmt.br/bitstream/1/374/1/DISS_2015_Juliana%20Cristina%20da%20Rosa.pdf. Acesso em: 20 out. 2018.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A. J. da; MONTEIRO, M. do S. L.; SILVA, M. V. da. Contrapontos da consolidação do agronegócio no Brasil. **Sociedade e Território**, v. 27, n. 3, p. 95-114, 2015.

SILVA, J. G. da. **O que é Questão Agrária?** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVEIRA, M. R. (Org.). **Circulação, transporte e logística diferentes perspectivas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. 624 p.

Data de submissão: 11.01.2019

Data de aceite: 15.07.2020

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.